

[Download PDF](#)



**Agência iNFRA
iNFRAEnergia**

Brasília, 13 de fevereiro de 2025

edição 1.732

Bom dia!

Nesta edição do iNFRAEnergia: [Térmicas a carvão](#) | [Diário Oficial](#) | [Agenda](#) | [Monitor](#) | [Fique de Olho](#) | [Clipping](#)

CARVÃO: POLÍTICOS GAÚCHOS PEDEM AO MINISTRO MEDIDA PROVISÓRIA PARA REABRIR TÉRMICA DE CANDIOTA

Geraldo Campos Jr. e Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, juntamente com senadores, deputados e prefeitos gaúchos, reuniu-se com o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, nesta quarta-feira (12), pleiteando uma MP (Medida Provisória) para permitir a retomada da térmica a carvão de Candiota, no Rio Grande do Sul. A usina operada pela Âmbar Energia, do Grupo J&F, teve as atividades paralisadas em função do fim da licença em 31 de dezembro de 2024.

Alexandre Silveira disse à imprensa após o encontro que essa é uma decisão de governo “que perpassa por várias áreas” e não depende apenas do ministro de Minas e Energia. Durante a reunião, ele afirmou que se trata de uma “discussão complexa do ponto de vista político”.

Segundo os políticos gaúchos, essa seria a única solução para viabilizar no curto prazo a retomada da termelétrica. A ideia seria a MP viabilizar que as térmicas de Candiota e de Figueira (PR) tenham o mesmo benefício dado à usina Jorge Lacerda (SC) pela [Lei 14.299/2022](#), estendendo a operação até 2040.

Jabutis

Durante o encontro, Eduardo Leite lembrou que o presidente Lula vetou o artigo do Marco Legal das Eólicas Offshore ([Lei 15.097](#)) que garantia a prorrogação da licença da usina, depois de o texto ter sido aglutinado em um artigo único com outros "jabutis" de subsídios para o gás natural e usinas renováveis.

O governador ainda afirmou que, sem uma MP, o único caminho da bancada gaúcha será buscar a derrubada do veto no Congresso Nacional. "Nós precisamos dessa prorrogação para podermos desenvolver um plano de trabalho nessa região, pensando na transição. O que estamos pedindo é uma oportunidade de fazer essa transição energética de forma justa, sem deixar as pessoas para trás", disse.

O deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), ex-ministro da Secom (Secretaria de Comunicação Social) do governo Lula, endossou a ideia de uma MP. Segundo ele, o caminho não é lutar pela derrubada dos jabutis, uma vez que, se isso acontecer, o governo deverá judicializar o projeto e deixar a situação ainda mais indefinida.

"Conseguimos colocar isso na Câmara (no Marco das Eólicas), mas no Senado botaram no mesmo artigo do gás, acabaram misturando alhos e bugalhos. Aí não tinha como o presidente não vetar, porque ele estaria sancionando um aumento na conta de luz. Agora temos que lutar para que saia uma MP para garantir o justo, que é garantir a retomada da usina", afirmou.

Pleito novo?

Fontes do governo informaram à **Agência INFRA** que até o momento não há nenhuma análise no sentido de editar uma MP para o carvão e que se trata de um "pedido novo" dos políticos do Rio Grande do Sul. No entanto, pelo menos desde 2023, há expectativa dos gaúchos por uma medida provisória para prorrogar a operação da usina.

Quando a Câmara dos Deputados aprovou um artigo que tratava da recontração das térmicas a carvão até 2050, durante a votação do Marco Legal das Eólicas Offshore, em novembro de 2023, o deputado Zé Vitor (PL-MG), relator do projeto, disse que o governo já pretendia incluir a questão em uma medida provisória, mas que a bancada gaúcha se adiantou e pediu a inclusão no relatório.

"Estava prevista que essa questão do carvão, verbalmente, fosse incluída na medida provisória, então o pessoal antecipou isso e houve uma mobilização", disse. Na ocasião, ele destacou que essa antecipação poderia levar a um eventual veto do presidente Lula, caso o ponto fosse mantido pelo Senado, como ocorreu. "É um assunto que o governo pode querer tratar em outra hora."

No Senado, o relator Weverton Rocha (PDT-MA), também foi procurado ao longo do último ano, tanto por parlamentares gaúchos quanto por agentes do segmento que defendiam a manutenção do benefício às usinas, o que foi aprovado.

DIÁRIO OFICIAL

Cust - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) até 24 de fevereiro o prazo de contribuições à Consulta Pública 5/2025, que visa obter subsídios para estabelecer metodologia de análise do máximo esforço das transmissoras na cobrança de valores referentes aos encargos rescisórios dos Custs (Contratos de Uso do Sistema de Transmissão).

UHE Monte Alto - da Secretaria Nacional de Transição Energética e Planejamento do MME (Ministério de Minas e Energia) prorroga, pelo prazo de 30 anos, a contar de 29 de dezembro de 2024, a concessão de uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica no Rio São João, município de Passos (MG), por meio da UHE Monte Alto, de 7.360 kW de potência instalada e de titularidade da Votorantim Cimentos.

RAP - da ANEEL estabelece parcelas adicionais de RAP (Receita Anual Permitida) e de ajuste referentes à operação e manutenção de instalações de transmissão do Sistema de Transmissão Nordeste.

UHE Bugres - da ANEEL aprova o cronograma de ampliação da UHE Bugres, localizada em Canela (RS).

AGENDA

Lula, de manhã - O presidente da República embarca, às 8h, para Macapá (AP). Na capital, participa, às 11h, da cerimônia de celebração da doação da área de patrimônio da União "Gleba Cumaú" ao governo do Amapá e de anúncio da entrega do Conjunto Habitacional Nelson dos Anjos. Além disso, na ocasião também será assinada a homologação do contrato do arrendamento MCP03, pelo ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho.

Lula, à tarde - Às 13h10, o presidente embarca para Belém (PA), onde participa, às 15h15, da solenidade de entrega de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida no Residencial Viver Outeiro. Às 19h, comparece ao anúncio do Banco da Amazônia relativo ao Microcrédito Produtivo Orientado.

Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia participa, às 11h, da cerimônia de anúncios do governo federal em Amapá, entre eles, a doação da área de patrimônio da União "Gleba Cumaú" ao governo do estado e a entrega do Conjunto Habitacional Nelson dos Anjos.

Fernando Haddad - O ministro da Fazenda reúne-se, às 11h, com o presidente da Apex Brasil, Jorge Viana. Às 14h, conversa com o diretor de Organização do Sistema Financeiro e de Resolução do Banco Central, Renato Gomes.

STF - O STF (Supremo Tribunal Federal) realiza sessão plenária, às 14h. Foi retirada da pauta a [ADI \(Ação Direta de Inconstitucionalidade\) 3596](#), que questiona o poder delegado à ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) para decidir sobre a venda de blocos petrolíferos. Acesse a pauta atualizada [neste link](#).

STJ - A Corte Especial do STJ (Superior Tribunal de Justiça) pode julgar, em [sessão às 14h](#), recurso em processo referente à decisão judicial que declarou ilegal portaria do MME (Ministério de Minas e Energia) que definiu valores revistos de garantia física das usinas hidrelétricas de Capivara, Chavantes, Taquaruçu e Rosana.

Workshop da ANEEL - A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) realiza hoje (13), às 9h, em sua sede, o workshop "Modernização Tarifária no Brasil". Durante a programação, serão divulgados os primeiros resultados alcançados pelas distribuidoras de energia no projeto de PDI (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) Governança de Sandboxes Tarifários. A abertura será conduzida pelo diretor-geral da ANEEL, Sandoval Feitosa, e o diretor Fernando Mosna, além do presidente da Abradee, Marcos Madureira. Confira a programação completa [neste link](#).

Webinar ONS - O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) promove, às 15h, webinar para apresentar o Módulo de Parcela Variável do SAAT (Sistema de Administração e Apuração da Transmissão). Acompanhe a transmissão [neste link](#).

Mercado de combustíveis - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) realiza, às 9h, o seminário de Avaliação do Mercado de Combustíveis 2025 (ano-base 2024). A programação, que ocorre no escritório central da agência, no Rio de Janeiro, visa apresentar o balanço do trabalho da ANP na regulação do downstream em 2024 e analisar a evolução do mercado de combustíveis. Acompanhe a transmissão [neste link](#).



TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS

Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são

acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS

Câmara dos Deputados

- Dispõe sobre penalidades relativas à comercialização de combustíveis e biocombustíveis.

- Destina percentual da parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural recebida pela União para programas de promoção da infraestrutura escolar.

- Autoriza a União a participar de fundo que tenha por finalidade apoiar a requalificação e a recuperação de infraestruturas nas áreas afetadas por eventos climáticos extremos e apoiar empreendimentos de infraestrutura relacionados à mitigação e à adaptação às mudanças climáticas.



Obras de Angra 3 - O CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) deve deliberar na próxima terça-feira (18) sobre a continuidade das obras da usina nuclear Angra 3. Para o deputado Júlio Lopes (PP/RJ), abandonar as obras significaria um prejuízo de R\$ 21 bilhões e um retrocesso tecnológico que prejudicaria o desenvolvimento do ciclo completo de enriquecimento de urânio no Brasil. Lopes afirma que se a usina estivesse em operação, não haveria necessidade de bandeira vermelha nas contas de energia.

Acordo Brasil e Uruguai - O MME (Ministério de Minas e Energia) e o Ministério de Indústria, Energia e Mineração do Uruguai assinaram, nesta quarta-feira (12), memorando de entendimento para melhorar o intercâmbio de energia elétrica entre os dois países. O acordo propõe transferir o ponto de entrega da energia uruguaia para a SE (Subestação de Energia) Candiota II, no Rio Grande do Sul, que opera com 525 kV (kilovolt), em vez da SE Presidente Médici, que opera com 230 kV. Mais informações [neste link](#).

Carga no SIN - O ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) registrou, nesta quarta-feira (12), às 14h42, um novo recorde de carga instantânea no SIN (Sistema Interligado Nacional), que atingiu 103.785 MW (megawatts). Este é o terceiro maior volume no ano, superando as marcas anteriores de

103.335 MW, registrada na terça-feira (11), e 102.810 MW, em 22 de janeiro. Mais informações [neste link](#).

Minigeração no Reidi - O MME agora conta com uma seção de perguntas frequentes sobre o Reidi (Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura). A seção visa esclarecer dúvidas sobre a regulamentação do processo de enquadramento de projetos de MGD (Minigeração Distribuída) no Reidi. Acesse [neste link](#).

Capacitação - A CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a FDC (Fundação Dom Cabral) firmaram parceria para oferecer programas de pós-graduação voltados para a gestão estratégica e inovadora de energia. As inscrições estarão abertas até março [neste link](#). Saiba mais [aqui](#).

Diretoria da Azevedo & Travassos - O Conselho de Administração da Azevedo & Travassos Energia elegeu Ivan de Carvalho Junior como novo diretor de Relação com Investidores, substituindo Gabriel Freire, que segue como presidente do Conselho de Administração. Saiba mais [aqui](#).

Investimentos da Energisa - A Energisa divulgou, nesta quarta-feira (12), a previsão de investimentos do grupo para 2025. Confira a íntegra [neste link](#).

Audiência pública ANP - A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) realizou [audiência pública](#), na última terça-feira (11), sobre a minuta de resolução que define requisitos e procedimentos para o cumprimento do PEM (Programa Exploratório Mínimo) fora da área original do contrato. O PEM estabelece as atividades mínimas que as empresas devem realizar na fase de exploração de petróleo e gás, como pesquisas sísmicas e perfuração de poços, expressas em UTs (unidades de trabalho). Acesse mais informações [neste link](#).

Acordo Petrobras e Marinha - A Petrobras [assinou](#) um Termo de Cooperação com a Marinha, no valor de R\$ 100 milhões, para expandir a Remo (Rede de Modelagem e Observação Oceanográfica). Com duração de cinco anos, o acordo visa reduzir custos de monitoramento, ampliar a cobertura da costa brasileira e qualificar o uso de veículos autônomos. Mais informações [neste link](#).

Brasil e Índia - A Petrobras assinou, também, dois memorandos de entendimento com empresas de energia da Índia. Nesta quarta-feira (12), foi firmado um acordo com a ONGC para expandir oportunidades em exploração, comercialização, descarbonização e biocombustíveis. No dia anterior, terça-feira (11), foi assinado memorando de entendimento com a Oil India para explorar colaborações no offshore indiano, com foco em identificar novas oportunidades de negócios. Mais informações [neste link](#).



Perda de capacidade de formulação da política energética pelos organismos técnicos abre brecha para que lobistas e o Congresso criem distorções no setor elétrico. (Estadão - Celso Ming)

Fundo de investimentos aposta que temores sobre ameaça à energia limpa são exagerados. (Folha de S. Paulo)

Washington se queixa de barreiras que Brasil impõe para a entrada do combustível americano, fabricado a partir do milho. (Folha de S. Paulo)

Fala do presidente sobre 'lenga-lenga' para autorizar pesquisa na margem equatorial gera onda de insatisfação no instituto e no Ministério do Meio Ambiente, testando blindagem de Marina Silva. (Folha de S. Paulo, ,)

Segundo uma pessoa próxima à ministra, o presidente usou esse termo ao falar para uma rádio do Amapá a um público diretamente interessado no tema. (Folha de S. Paulo)

Certame terá áreas na polêmica Foz do Amazonas e pode acabar na Justiça. ONG vê risco a investidor com inclusão de blocos na Margem Equatorial cuja documentação ambiental vence no mesmo mês. (O Globo)

A proposta conjunta de termo de compromisso de seis ex-executivos da estatal era no valor de R\$

2,7 milhões. (Valor)

Estudo de cientistas brasileiros foi publicado pela Revista Nature. Eles encontraram na natureza um agente que facilita a quebra da celulose e sua conversão em açúcar. (Valor)



A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, [entre em contato](#).

O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia** é destinado a assinantes. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos do serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.

Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço **infrajornalismo@agenciainfra.com** em seus contatos.

Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:

—

Artes:

—

Equipe Agência iNFRA

Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra

Editores: Luana Dorigon, Paula Melissa e Rodrigo Zuquim

Analista: Marisa Wanzeller

Repórteres: Geraldo Campos Jr., Marília Sena e Sheyla Santos

Colaborador: Felipe Moura

Gerente comercial: Joyce Rodrigues

Administração: Paula de Lima

+55 (61) 3247-5841

www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

